



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2005

(Do Sr. Deputado Paulo Delgado)

Senhor Presidente,

Conforme Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após ouvir o plenário da Comissão de Educação e Cultura, solicito seja realizada uma audiência pública, com o objetivo de discutir a atualidade do direito de greve nas universidades públicas e instituições de ensino tecnológico do país. Para este debate convidamos o Ministério da Educação, a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino - ANDIFES, o Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES, o Fórum de Professores das Instituições de Ensino Superior - PROIFES, a União Nacional dos Estudantes - UNE, e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA.

JUSTIFICATIVA

Matéria do jornal O GLOBO, deste domingo, 21.11.2005, reproduz e comenta levantamento feito pelo ANDES em torno dos movimento de greves nas instituições públicas de ensino superior no país, os últimos vinte anos, em parte, com o seguinte teor: "[...] "Sonho de grande parte dos vestibulandos, as universidade federais já enfrentaram 16 greves nos últimos 25 anos. Balanço do

Sindicato Nacional dos docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) mostra que, desde 1980, as paralisações nas federais somam 978 dias, o equivalente a dois anos e oito meses. Descontados os fins de semana e levando em conta que um ano letivo tem 200 dias úteis, é possível afirmar que a soma das greves nas federais totaliza três anos e meio de aulas. Ou seja, tempo suficiente para concluir-se uma graduação tecnológica ou para se chegar ao último semestre de cursos de administração, psicologia ou publicidade, cuja duração é de quatro anos.". Nesses termos o jornal publica uma minuciosa análise da questão construída pelo ANDES, com comentários complementares feitos pela UNE e pela ANDIFES.

Diante do que estou sugerindo que esta Comissão se constitua mais um espaço para o debate levantado com a citada denúncia, e que reflita sobre a atualidade do exercício desse direito constitucional, usado como expediente regular e rotineiro de negociação com os diversos governos dos últimos anos.

Deputado **PAULO DELGADO** - PT/MG

Presidente